

EDP
Electricidade de Portugal, S.A

**Relatório de Gestão
e
Documentos de Prestação de Contas
1º Semestre 2003**

1. ESTRUCTURA DO GRUPO	3
1.1. A EDP, S.A. NO CONTEXTO DO GRUPO EDP	3
1.2. ORGANIGRAMA DO GRUPO EDP.....	4
2. ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP, S.A (TRIÉNIO 2003 – 2005).....	6
2.1.1. Mesa da Assembleia Geral.....	6
2.1.2. Órgão de Fiscalização	6
2.1.3. Conselho de Administração	6
2.1.4. Secretário da Sociedade.....	6
2.1.5. Comissão de Vencimentos.....	6
3. MODELO ORGANIZACIONAL DA EDP, S.A.	8
4. RELATÓRIO DE GESTÃO	10
4.1. ENQUADRAMENTO	10
4.2. FACTOS RELEVANTES	11
4.2.1. Gerais.....	11
4.2.2. Sector do Gás.....	12
4.2.3. Sector Eléctrico.....	12
4.2.4. Internacionalização	12
4.3. FACTOS RELEVANTES APÓS ENCERRAMENTO DO SEMESTRE.....	13
4.3.1. Sector Eléctrico.....	13
4.3.2. Internacionalização	13
4.4. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA	14
4.4.1. Balanço	14
4.4.2. Demonstração de Resultados.....	15
4.5. GOVERNO DA SOCIEDADE	16
4.5.1. GOVERNO DA SOCIEDADE, CARACTERIZAÇÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ESTRUTURA ORGÂNICA.....	16
4.5.1.1. A Estrutura de Governo Societário.....	16
4.5.1.2. Caracterização do Órgão de Administração	17
4.5.1.3. Controlo Efectivo da Vida Societária	18
4.5.1.4. Estrutura Orgânica.....	18
4.5.2. COMPORTAMENTO EM BOLSA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2003.....	19
4.5.3. ACÇÕES PRÓPRIAS.....	20
4.5.4. GABINETE DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES	21
4.6. PERSPECTIVAS.....	22
5. ANEXOS.....	26
5.1. ESTRUCTURA ACCIONISTA DA EDP, S.A.	26
5.2. IMPUTAÇÃO DE DIREITOS DE VOTO	26
5.3. ACÇÕES DETIDAS PELOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS DA EDP, S.A.....	28
6. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRA	30

1 - ESTRUTURA DO GRUPO

1. ESTRUTURA DO GRUPO

1.1. A EDP, S.A. NO CONTEXTO DO GRUPO EDP

A EDP – Electricidade de Portugal, S.A., é a Holding de um vasto conjunto de Empresas cuja acção, no primeiro semestre de 2003, continuou a centrar-se na sua consolidação quer no mercado nacional, quer no mercado internacional, com particular relevância no MIBEL¹.

Como órgão estratégico, orientador de toda a actividade do Grupo a EDP, S.A. prosseguiu com acções de promoção, dinamização e gestão estratégica global com vista ao incremento e aperfeiçoamento do desempenho das sociedades que constituem o Grupo.

No primeiro semestre de 2003 foi aprovada a Resolução do Conselho de Ministros do Governo Português que promove a definição do quadro político, competitivo e regulatório do sector energético em Portugal. Esta Resolução aponta para a convergência dos negócios de electricidade e gás em Portugal, através da separação do negócio do gás da *Holding GalpEnergia* e consequente junção com o negócio da electricidade, sob a alçada do Grupo EDP.

Paralelamente a aquisição da Naturcorp pela Hidrocantábrico reveste-se de importância acrescida pelo facto de permitir ao Grupo EDP uma solidificação da sua presença em Espanha e ainda o posicionamento na convergência entre os negócios de electricidade e gás em Espanha, em consonância com a estratégia definida para o sector energético português.

A nível operacional, o desempenho das empresas brasileiras no primeiro semestre de 2003, em reais, foi positivo e crescente face ao ano anterior. No entanto, a apreciação do real nos primeiros meses de 2003 não foi suficiente para compensar a forte depreciação verificada no segundo semestre de 2002, por via das incertezas quanto ao resultado das eleições presidenciais no Brasil.

Já no segundo semestre de 2003 a ERSE (Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos) decidiu aceitar como investimento, amortizável por um período de 20 anos com início em 2005, os custos de reestruturação da EDP Distribuição associados ao Plano de Racionalização dos Recursos Humanos de 2003 e 2004, plano de redução de pessoal (incluindo pré-reformas) com o objectivo de adequar os recursos humanos às actuais necessidades da empresa.

O controlo de custos, objectivo de gestão imposto em 2002 através do Programa Eficiência, permitiu no primeiro semestre de 2003 uma diminuição dos FSE's (Fornecimentos e Serviços Externos) e custos com pessoal.

No âmbito das funções que centraliza e que são comuns às Empresas do Grupo a EDP, S.A. prosseguiu com a gestão financeira e dos recursos humanos no sentido do melhor aproveitamento das sinergias existentes entre todas as Empresas do Grupo e garantir o recurso ao mercado em condições mais vantajosas. Fixar os objectivos e as políticas de gestão da empresa e do Grupo.

¹ Mercado Ibérico de Electricidade.

1.2 ORGANIGRAMA DO GRUPO EDP



Nota Geral:

As % estão arredondadas. Algumas das % apresentadas correspondem a participações indirectas.

2 - ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP, S.A.

2. ÓRGÃOS SOCIAIS DA EDP, S.A (Triénio 2003 – 2005)

2.1.1. Mesa da Assembleia Geral

Presidente: Dr. José Manuel Galvão Teles

0Vice-Presidente: Prof. Dr. António Campos Pires Caiado

2.1.2. Órgão de Fiscalização

Fiscal Único Efectivo: Bernardes, Sismeiro & Associados, SROC, representada por Dr. Carlos Marques Bernardes, ROC

0Suplente: Dr. Joaquim Patrício da Silva, ROC

2.1.3. Conselho de Administração

Presidente: Eng. Francisco de la Fuente Sánchez

Vogal: Eng. João Luís Ramalho de Carvalho Talone

Vogal: Dr. António de Almeida

0

Vogal: Prof. Dr. António José Fernandes de Sousa

Vogal: Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado

Vogal: Eng. Jorge Manuel de Oliveira Godinho

Vogal: Dr. José Manuel Gonçalves de Moraes Cabral

Vogal: Prof. Dr. José Manuel Trindade Neves Adelino

Vogal: Prof. Dr. Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho

Vogal: Dr. Paulo Azevedo Pereira da Silva

Vogal: Eng. Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende

Vogal: Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa

Vogal: Dr. Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins

2.1.4. Secretário da Sociedade

0Suplente: Dr. António José Marrachinho Soares

2.1.5. Comissão de Vencimentos

Presidente: Brisa, representada por Dr. Vasco Maria Guimarães José de Mello

Vogal: Parpública, representada por Dr. João Plácido Pires

Vogal: Prof. Dr. Ruy Manuel Corte-Real de Albuquerque

3 - MODELO ORGANIZACIONAL DA EDP, S.A.

3. MODELO ORGANIZACIONAL DA EDP, S.A.

Esta estrutura central de apoio é constituída por um corpo de Directores Gerais, Adjuntos e Assessores do Conselho de Administração e por um conjunto de Gabinetes.

Como Holding do grupo EDP, á EDP, S.A. cabe o papel de definir a estratégia global do Grupo, coordenar as actividades das empresas participadas e dispor de uma estrutura central de apoio aos processos de decisão, com competências transversais de acordo com a organização, funções e responsabilidades determinadas pelo Conselho de Administração.

Esta estrutura central de apoio é constituída por um corpo de Directores Gerais, Adjuntos e Assessores do Conselho de Administração e por um conjunto de Gabinetes que à data de 30 de Junho de 2003, tinham a seguinte designação e respectivos responsáveis:

HOLDING DO GRUPO EDP	
Fundação EDP - Eng. Francisco de la Fuente Sánchez	
ESTRUTURA DE APOIO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Chefe de Gabinete do Presidente da Comissão Executiva Eng. Stephan Godinho Lopes Morais	Adjuntos do Conselho de Administração Eng. João Alexandre do Nascimento Baptista Eng. Emílio José Pereira Rosa Eng. Rui Matos Oliveira Sérgio
Directores Gerais Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu Eng. Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado Eng. Joaquim Armando Ferreira Silva Filipe Eng. Vasco Manuel de Castro Coucello Dr. António Manuel Pacheco de Castro Eng. António Martins da Costa Dr. João Manuel Manso Neto	Assessores do Conselho de Administração Eng. Lívio Honório Dra. Maria do Pilar Gouveia Bobone Dr. António José Marrachinho Soares Eng. Hermínio Cravo Rodrigues Moreira Eng. José Eduardo do Amaral Netto e Aguiar Dr. Carlos Manuel de Almeida Carvalho
GABINETES E DEPARTAMENTOS DA HOLDING	
SG Secretaria - Geral	-----
CPG Coordenador do Projecto Gás	Dr. José Manuel Ferrari Bigares Careto
CRO Chief Risk Officer	Eng. António Maria Ramos da Silva Vidigal
GAB Gabinete de Ambiente	Eng. António Manuel Neves de Carvalho
GAI Gabinete de Auditoria Interna	Eng. Vítor Manuel Silva Leitão
GAN Gabinete de Análise de Negócios	Dr. Bernardo Sá Braamcamp Sobral Sottomayor
GCI Gabinete de Comunicação e Imagem	Dr. Horácio Manuel Piriquito Casimiro
GCO Gabinete de Consolidação, Controle e Gestão Orçamental	Eng. Manuel Antunes Rodrigues da Costa
GFN Gabinete de Gestão Financeira	Dra. Magda Abdool Magid Vakil
GIB Gabinete de Articulação Ibérica	Dr. António Manuel Vaz Pacheco de Castro
GJR Gabinete Jurídico	Dr. António Pedro Balançuela Alfaia de Carvalho
GLB Gabinete de Ligação ao Brasil	Eng. António Fernando Melo Martins da Costa
GRH Gabinete de Recursos Humanos	Eng. Eugénio André da Purificação Carvalho
GRI Gabinete de Relações com os Investidores	Dr. Pedro Manuel Carreto Pires João
GRT Gabinete de Regulação e Tarifas	Enga. Maria Joana Mano Pinto Simões
GSI Gabinete de Sistemas de Informação	Eng. José Avelino Abreu Aguiar

4 - RELATÓRIO DE GESTÃO

4. RELATÓRIO DE GESTÃO

4.1. ENQUADRAMENTO

O ano de 2003 está a ser marcado por um crescimento dos consumos de electricidade em Portugal superior ao registado em 2002, tendo o primeiro semestre de 2003 evidenciado um crescimento de 5,0% (consumo em GWh referido à emissão para a rede de transporte), quando comparado com 1,9% em 2002.

Esta evolução é parcialmente explicada pelo facto de o Inverno de 2003 ter sido particularmente frio e chuvoso. Por esta última razão, o coeficiente de hidraulicidade foi significativamente superior ao do primeiro semestre de 2002, o que permitiu uma inversão na proporção entre energia de origem hidroeléctrica e termoeléctrica face ao total de energia emitida para a rede, com impacto positivo no custo da electricidade consumida em Portugal Continental.

O Resultado Líquido do 1º Semestre de 2003 ascendeu a 182 milhões de Euros, evidenciando um decréscimo de 21,1% relativamente ao período homólogo do ano anterior.

4.2. FACTOS RELEVANTES

Como factos mais relevantes para a EDP, S.A. até ao final do mês de Agosto de 2003 destaca-se:

4.2.1 Gerais

- **EDP emite empréstimo obrigacionista no montante de 150.000.000 euros**

26 de Março de 2003 - Emissão Obrigacionista, por subscrição particular, no montante de 150 000 000 euros, com vencimento em 26 de Março de 2013, e uma taxa de juro variável igual à Euribor a 6 meses acrescida de 0,50% ao ano. Esta emissão destina-se ao refinanciamento de dívida de curto prazo da EDP.

- **Eleição do novo Conselho de Administração**

22 de Maio de 2003 - A Assembleia Geral elegeu os novos órgãos sociais da EDP. O Conselho de Administração da EDP passou a ser constituído pelos senhores Eng. Francisco de la Fuente Sánchez (Presidente do Conselho de Administração), Eng. João Ramalho Talone, Dr. António de Almeida, Prof. Dr. António José Fernandes de Sousa, Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado, Eng. Jorge Manuel Oliveira Godinho, Dr. José Manuel Gonçalves de Moraes Cabral, Dr. José Manuel Trindade Neves Adelino, Dr. Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho, Dr. Paulo Azevedo Pereira da Silva, Eng. Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende, Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa e Dr. Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins.

- **Constituição da Comissão Executiva e da Comissão de Auditoria**

22 de Maio de 2003 - O Conselho de Administração, neste dia eleito em Assembleia Geral, deliberou a delegação dos poderes de gestão corrente da sociedade numa Comissão Executiva com a seguinte composição: Eng. João Ramalho Talone (Presidente da Comissão Executiva), Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado, Eng. Jorge Manuel Oliveira Godinho, Eng. Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende e Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa.

O Conselho deliberou ainda a constituição de uma Comissão de Auditoria integrada pelos seguintes Administradores Não-Executivos: Dr. António de Almeida (Presidente da Comissão de Auditoria), Dr. José Manuel Trindade Neves Adelino e Dr. Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho.

- **Assembleia Geral aprova pagamento de dividendo bruto de 0,09 euros por acção**

22 de Maio de 2003 – Aprovação em Assembleia Geral da EDP da proposta submetida pelo Conselho de Administração para a aplicação de resultados relativos ao exercício de 2002, de onde resultou o pagamento de um dividendo bruto de 0,09 euros por acção.

4.2.2 Sector do Gás

- **Hidrocantábrico vence privatização da Naturcorp**

24 de Março de 2003 – A Hidroeléctrica del Cantábrico, S.A. ("Hidrocantábrico"), participada pelo Grupo EDP em 40%, adquiriu, no seguimento do um processo de privatização, 62% da Naturcorp, empresa distribuidora de Gás Natural no País Basco.

Através da integração da Gás de Asturias e da Naturcorp, a Hidrocantábrico tornou-se no segundo operador de gás do mercado espanhol, alcançando um número total de clientes superior a 500 000 e uma quota equivalente a aproximadamente 10% do mercado espanhol de gás.

4.2.3 Sector Eléctrico

- **Comunicado do Conselho de Administração - Tomada de conhecimento da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros relativa à Restruturação do Sector Energético**

3 de Abril de 2003 – Tendo tomado conhecimento, neste dia, da aprovação da Resolução do Conselho de Ministros que promove a definição do quadro político, competitivo e regulatório do sector energético, o Conselho de Administração da EDP entendeu que a referida Resolução estabelece um quadro adequado de desenvolvimento para o sector energético português.

As orientações genéricas publicamente divulgadas são inteiramente compatíveis com a estratégia já definida pela EDP. Nestes termos, o Conselho de Administração da EDP irá estudar e analisar com todo o cuidado as Recomendações Estratégicas para o Sector Energético Português, reafirmando a sua total disponibilidade e empenho para participar activamente no processo de reestruturação projectado, tendo em atenção os interesses do Grupo EDP nas empresas do sector energético e o objectivo de acrescentar valor para os seus accionistas.

4.2.4 Internacionalização

- **ANEEL aprova aumento médio de 32,59% nas tarifas da Enersul**

8 de Abril de 2003 - A Agência Nacional de Energia Eléctrica (ANEEL) autorizou a Enersul a proceder a um aumento médio das tarifas a clientes finais de 32,59 % com efeito a partir de 8 de Abril de 2003. Este aumento enquadra-se no processo de "reposição tarifária" previsto no contrato de concessão da empresa.

4.3 FACTOS RELEVANTES APÓS ENCERRAMENTO DO SEMESTRE

4.3.1. Sector Eléctrico

- **ERSE aceita proposta da EDP Distribuição sobre o Plano de Racionalização de Recursos Humanos de 2003 e 2004**

11 de Agosto de 2003 - Em comunicado publicado a 8 de Agosto de 2003, a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos deliberou, no seguimento da proposta apresentada pela EDP Distribuição Energia, S.A., aceitar como investimento amortizável por um período de 20 anos, com início em 2005, os encargos associados ao Plano de Racionalização de Recursos Humanos de 2003 e 2004, a incorrer por esta empresa, até ao montante máximo de 485,7 milhões de euros, não considerando adequado aceitar idêntico tratamento para os custos de igual natureza relacionados com o Plano de Racionalização de Recursos Humanos já decorrido (1998-2002).

O Conselho de Administração da EDP face a esta decisão tomada pela ERSE, informou o Mercado que a possibilidade de, de imediato, se desencadear o Plano de Racionalização de 2003 - 2004, com a garantia de que o seu custo, até ao limite de 485.7 milhões de euros, será aceite pela ERSE, constitui uma ferramenta de gestão fundamental e prioritária e permitirá mobilizar toda a empresa e o Grupo para o arranque de um novo ciclo de modernização, com o inerente redesenho dos processos de trabalho e com consequências que serão necessariamente positivas para os clientes, accionistas e colaboradores do Grupo EDP.

4.3.2. Internacionalização

- **Reorganização da participação accionista da EDP na CEM – Companhia de Electricidade de Macau**

31 de Julho de 2003 - A EDP concretizou uma operação de venda de acções representativas de 2,06% do capital da sua participada macaense CEM – Companhia de Electricidade de Macau, SARL ("CEM") à sociedade China Power International Holding, uma subsidiária da China Power Investment Corporation.

Em paralelo com esta operação, a EDP procedeu a uma reorganização das suas participadas em Macau, que envolveu a dissolução da Sogeste (detida em 85% pela EDP Investimentos e em 15% pela Caixa Geral de Depósitos ("CGD") e detentora de 20% do capital da CEM). Na sequência dessa dissolução, a CGD ficou titular directa de acções representativas de 3,02% do capital da CEM, tendo decidido alienar a totalidade desse lote de acções à EDP.

Após a conclusão das operações anunciadas, a EDP passará a deter (através da EDP Investimentos) uma participação correspondente, no mínimo, a 21,10% ou, no máximo, a 22,13% do capital social da CEM.

4.4. EVOLUÇÃO ECONÓMICA E FINANCEIRA

O Resultado Líquido do 1º Semestre de 2003 ascendeu a 182 milhões de Euros, evidenciando um decréscimo de 21,1% relativamente ao período homólogo do ano anterior.

4.4.1. Balanço

O Balanço do Exercício do 1º Semestre 2003 apresenta, em forma sintética, a seguinte configuração:

(Unidade: €)			
BALANÇO	Junho 2003	2002	Variação %
ACTIVO	12 811 222 614,49	12 986 993 773,37	(1,4)
Imobilizado Líquido	5 517 619 585,20	5 593 070 026,51	(1,4)
Circulante	2 062 186 685,76	2 151 297 892,31	(4,1)
Créditos de MLP	4 694 232 763,60	4 692 807 342,46	0,03
Acréscimos e Diferimentos	537 183 579,93	549 818 512,09	(2,3)
PASSIVO	7 398 164 441,14	7 492 811 690,89	(1,3)
Exigível de MLP, C. Hidraulicid. E Provisões	4 369 466 613,47	4 307 903 835,58	1,4
Exigível de CP	2 606 851 652,99	2 809 551 536,73	(7,2)
Acréscimos e Diferimentos	421 846 174,68	375 356 318,58	12,4
CAPITAIS PRÓPRIOS	5 413 058 173,35	5 494 182 082,48	(1,5)
PASSIVO E CAPITAIS PRÓPRIOS	12 811 222 614,49	12 986 993 773,37	(1,4)

Pela análise apresentada permite concluir que:

A estrutura do rácio do endividamento (valor dos capitais alheios cobertos por capitais próprios) apresenta um ligeiro agravamento passando de 0,78 para 0,81. Os Capitais Próprios continuam a assegurar elevada cobertura do Passivo Exigível, mantendo a solidez financeira.

O Activo Líquido apresenta um decréscimo de 1,4% que resulta essencialmente de duas rubricas:

- A diminuição verificada no Imobilizado Líquido de 1,4% decorrente da alienação de software aplicacional;
- Recuperação de Créditos de Curto Prazo de Empresas do Grupo.

O Passivo Líquido apresenta um decréscimo de 1,3% resultante da diminuição verificada na rubrica de Outros Credores, na sequência da centralização dos pagamentos por conta de IRC das Empresas do Grupo.

4.4.2. Demonstração de Resultados

(Unidade: €)

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	Junho 2003	Junho 2002	Variação %
Vendas de energia		1 140 861,24	(100,0)
Prestação de serviços	4 987 593,19	13 997 764,00	(64,4)
Proveitos suplementares	474 371,04	66 879,92	609,3
PROV. INER. VALOR ACRESCENTADO	5 461 964,23	15 205 505,16	(64,1)
Fornecimentos e serviços externos	22 658 717,73	34 158 866,13	(33,7)
Impostos indirectos	1 276 099,42	876 984,45	45,5
VALOR ACRESCENTADO BRUTO	(18 472 852,92)	(19 830 345,42)	(6,8)
Despesas com Pessoal	2 296 384,03	3 079 152,52	(25,4)
Outros Encargos de Exploração	335 983,31	239 746,76	40,1
Outros Proveitos de Exploração	4 972,16	78 120,17	(93,6)
EXCEDENTE BRUTO DE EXPLORAÇÃO	(21 100 248,10)	(23 071 124,53)	(8,5)
Despesas Financeiras	357 166 144,77	322 314 346,20	10,8
Proveitos Financeiros	521 680 030,20	493 847 920,35	5,6
Resultados Extraordinários	57 905 459,27	51 310 244,71	12,9
MEIOS LIBERTOS LÍQUIDOS	201 319 096,60	199 772 694,33	0,8
Amortizações	3 686 012,68	3 108 537,60	18,6
Provisões	286 201,45	9 196 000,00	(96,9)
Imposto sobre o rendimento	22 308 153,49	(15 346 459,73)	(245,4)
Impostos Diferidos	(7 005 267,88)	(27 784 079,19)	(74,8)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	182 043 996,86	230 598 695,65	(21,1)

Regista-se uma evolução desfavorável dos proveitos inerentes ao valor acrescentado, devido ao facto de não se verificarem vendas de energia por ter sido transferida a Central de Mortágua para a EDP Produção Bioelétrica e ainda do valor das Prestações de Serviços terem diminuído relativamente ao período homólogo, na sequência da renegociação dos contratos de serviços da Holding.

A redução significativa dos Fornecimentos e Serviços Externos em cerca de 12 milhões de euros, deve-se essencialmente à conclusão de alguns trabalhos de consultoria considerados no período homólogo em trabalhos especializados.

O acréscimo das Despesas Financeiras em cerca de 35 milhões de euros, deriva do aumento verificado nas diferenças de câmbio desfavoráveis em cerca de 72,1 milhões de euros pela actualização cambial dos investimentos no Brasil, e da redução de cerca de 40,1 milhões de euros referente a Perdas em Empresas do Grupo e Associadas.

Os Proveitos Financeiros apresentam um aumento significativo em relação ao período homólogo resultante dos Ganhos em Empresas do Grupo e Associadas.

4.5 GOVERNO DA SOCIEDADE

O Grupo EDP passou a incluir no seu Relatório de Gestão Anual um relatório específico sobre o Governo da Sociedade, em conformidade com o Regulamento nº 7/2001/CMVM.

O Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade elaborado pela EDP inclui capítulos sobre:

- a) Informação geral – organigramas, política de dividendos, evolução da cotação das acções, etc.;
- b) Formas de Participação ou Representação dos Accionistas e de Exercício dos Direitos de Voto;
- c) Regras Societárias;
- d) Controlo de Risco de Actividade;
- e) Órgão de Administração.

A informação divulgada pelo Grupo EDP no seu Relatório Anual do Exercício de 2002 mantém-se, no essencial, válida, merecendo no entanto actualização quanto a alguns aspectos: os Órgãos de Governo, incluindo a Caracterização do Órgão de Administração e a estrutura orgânica, a evolução da Cotação das Acções e a Carteira de Acções Próprias, que seguidamente se apresenta.

4.5.1 GOVERNO DA SOCIEDADE, CARACTERIZAÇÃO DO ÓRGÃO DE ADMINISTRAÇÃO E ESTRUTURA ORGÂNICA

4.5.1.1 A Estrutura de Governo Societário

Os órgãos de administração e fiscalização da EDP são o Conselho de Administração e o Fiscal Único, sendo este obrigatoriamente um Revisor Oficial de Contas.

Para efeitos de fixação das remunerações dos administradores, assim como as remunerações dos demais órgãos sociais, existe, de acordo com o Contrato de Sociedade, uma Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral.

Ainda de acordo com o Contrato de Sociedade existe também um Conselho de Ambiente, com competências consultivas junto do Conselho de Administração, designadamente emitindo pareceres sobre empreendimentos de maior relevância ambiental do Grupo EDP.

O actual Conselho de Administração, eleito na assembleia Geral de Maio de 2003, constituiu de entre os seus membros uma Comissão Executiva, para a gestão corrente da sociedade, e uma Comissão de Auditoria, com funções de reforço das práticas de controlo interno e aspectos relacionados com os auditores externos.

4.5.1.2 Caracterização do Órgão de Administração

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO		
Presidente	Eng. Francisco de la Fuente Sánchez	
Comissão Executiva	Eng. João Luís Ramalho de Carvalho Talone Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado Eng. Jorge Manuel Oliveira Godinho Eng. Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende	Presidente
Comissão de Auditoria	Dr. António de Almeida Prof. José Manuel Trindade Neves Adelino Prof. Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho	Presidente
Prof. António José Fernandes de Sousa Dr. José Manuel Gonçalves de Moraes Cabral Dr. Paulo Azevedo Pereira da Silva Dr. Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins		

O Conselho de Administração da EDP, que inclui personalidades independentes, é actualmente composto por treze administradores, eleitos por maioria dos votos emitidos em Assembleia Geral de Accionistas. O mandato dos administradores é de três anos, sem restrição de reeleição. O Conselho de Administração da EDP é responsável pela gestão da actividade da Empresa, competindo-lhe de acordo com o Contrato de Sociedade:

- Fixar os objectivos e as políticas de gestão da Empresa e do Grupo EDP;
- Elaborar os planos de actividades e financeiros anuais;
- Gerir os negócios sociais e praticar todos os actos e operações relativos ao objecto social que não caibam na competência atribuída a outros órgãos da sociedade;
- Representar a sociedade em juízo e fora dele, activa e passivamente, podendo desistir, transigir e confessar em quaisquer pleitos e, bem assim, celebrar convenções de arbitragem;
- Adquirir, vender ou por qualquer outra forma alienar ou onerar direitos ou bens imóveis;
- Constituir sociedades e subscrever, adquirir, onerar e alienar participações sociais;
- Deliberar sobre a emissão de obrigações e outros valores mobiliários nos termos da Lei e do Contrato de Sociedade;
- Estabelecer a organização técnico-administrativa da Empresa e as normas de funcionamento interno, designadamente sobre pessoal e sua remuneração;
- Constituir mandatários com os poderes que julque convenientes, incluindo os de subestabelecer;
- Designar o secretário da sociedade e respectivo suplente;
- Exercer as demais competências que lhe sejam atribuídas por Lei ou pela Assembleia Geral.

O Conselho de Administração, em regra, reúne mensalmente com a participação de todos os administradores, não podendo deliberar sem que esteja presente a maioria dos seus membros. Não é permitida a representação de mais de um administrador em cada reunião. Todos os administradores possuem igual direito de voto, tendo o Presidente voto de qualidade. O funcionamento do Conselho de Administração é disciplinado por um Regulamento interno.

4.5.1.3 Controlo Efectivo da Vida Societária

Nos termos deliberados pelo Conselho de Administração, de harmonia com o previsto nos estatutos, a gestão corrente da sociedade foi delegada numa Comissão Executiva, composta por cinco Administradores. Em regra, a Comissão Executiva reúne semanalmente com a participação de todos os seus membros. O modo de funcionamento da Comissão Executiva é estabelecido pelo respectivo Regulamento, aprovado pelo Conselho de Administração, que também designou o Presidente da Comissão Executiva e fixou as regras de informação e de acompanhamento das suas actividades pelo Conselho.

As atribuições da Comissão Executiva são fixadas pelo Conselho de Administração na delegação de poderes de gestão corrente da sociedade, consistindo essencialmente na condução corrente dos negócios da EDP e das Empresas do Grupo EDP, na coordenação da actividade das empresas participadas maioritariamente e na gestão das participações sociais de que a sociedade é titular, apoiando o Conselho na definição das políticas do Grupo EDP nas diversas áreas em que intervém. No entanto esta delegação de competências não inclui:

- A cooptação de administradores;
- O pedido de convocação de assembleias Gerais;
- A aprovação do relatório e contas anuais a submeter à Assembleia Geral;
- A aprovação dos planos e orçamentos anuais e plurianuais, e o acompanhamento periódico da sua execução;
- A aprovação das contas trimestrais e semestrais;
- A mudança de sede da EDP, nos termos previstos no Contrato de Sociedade;
- Os projectos de fusão, cisão, transformação e alienação de empresas do Grupo EDP;
- Prestação de cauções e garantias pessoais ou reais pela empresa.

A Comissão Executiva deverá ainda submeter à apreciação do Conselho de Administração as deliberações que, pela sua relevância, considere justificarem a confirmação deste órgão.

Não obstante esta delegação de poderes, o Conselho de Administração mantém a sua responsabilidade pela gestão global da actividade da Empresa.

4.5.1.4 Estrutura Orgânica

A EDP tem as suas actividades organizadas em Grupo Empresarial, conforme organigrama constante do Relatório de Gestão, e dispõe de uma estrutura central de apoio aos processos de decisão, com competências transversais e que funciona junto da EDP, enquanto sociedade Holding do Grupo EDP, de acordo com a organização, funções e responsabilidades determinadas pelo Conselho de Administração.

Esta estrutura central de apoio é constituída por um corpo de Directores Gerais, Adjuntos e Assessores do Conselho de Administração e por um conjunto de Gabinetes, de acordo com o organograma seguinte:

HOLDING DO GRUPO EDP

Fundação EDP - Eng. Francisco de la Fuente Sánchez

ESTRUTURA DE APOIO AO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Chefe de Gabinete do

Presidente da Comissão Executiva

Eng. Stephan Godinho Lopes Morais

Directores Gerais

Eng. António Manuel Barreto Pita de Abreu

Eng. Jorge Manuel Ribeirinho Soares Machado

Eng. Joaquim Armando Ferreira Silva Filipe

Eng. Vasco Manuel de Castro Coucello

Dr. António Manuel Pacheco de Castro

Eng. António Martins da Costa

Dr. João Manuel Manso Neto

Adjuntos do Conselho de Administração

Eng. João Alexandre do Nascimento Baptista

Eng. Emílio José Pereira Rosa

Eng. Rui Matos Oliveira Sérgio

Assessores do Conselho de Administração

Eng. Lívio Honório

Dra. Maria do Pilar Gouveia Bobone

Dr. António José Marrachinho Soares

Eng. Hermínio Cravo Rodrigues Moreira

Eng. José Eduardo do Amaral Netto e Aguiar

Dr. Carlos Manuel de Almeida Carvalho

GABINETES E DEPARTAMENTOS DA HOLDING

SG Secretaria - Geral

CPG Coordenador do Projecto Gás

CRO Chief Risk Officer

GAB Gabinete de Ambiente

GAJ Gabinete de Auditoria Interna

GAN Gabinete de Análise de Negócios

GCI Gabinete de Comunicação e Imagem

GCO Gabinete de Consolidação, Controlo e Gestão Orçamental

GFN Gabinete de Gestão Financeira

GIB Gabinete de Articulação Ibérica

GJR Gabinete Jurídico

GLB Gabinete de Ligação ao Brasil

GRH Gabinete de Recursos Humanos

GRI Gabinete de Relações com os Investidores

GRT Gabinete de Regulação e Tarifas

GSI Gabinete de Sistemas de Informação

Dr. José Manuel Ferrari Bigares Careto

Eng. António Maria Ramos da Silva Vidigal

Eng. António Manuel Neves de Carvalho

Eng. Vítor Manuel Silva Leitão

Dr. Bernardo Sá Braamcamp Sobral Sottomayor

Dr. Horácio Manuel Piriquito Casimiro

Eng. Manuel Antunes Rodrigues da Costa

Dra. Magda Abdool Magid Vakil

Dr. António Manuel Vaz Pacheco de Castro

Dr. António Pedro Balançuela Alfaia de Carvalho

Eng. António Fernando Melo Martins da Costa

Eng. Eugénio André da Purificação Carvalho

Dr. Pedro Manuel Carreto Pires João

Enga. Maria Joana Mano Pinto Simões

Eng. José Avelino Abreu Aguiar

4.5.2 COMPORTAMENTO EM BOLSA NO PRIMEIRO SEMESTRE DE 2003

A EDP encontra-se cotada na Euronext Lisboa e na Bolsa de Nova Iorque. As acções da EDP são, ainda, um activo base para contratos de futuros transaccionados na Euronext Lisboa.

No primeiro semestre de 2003, foram transaccionadas 810 milhões de acções da EDP, correspondente a uma média diária de 6,5 milhões de acções, o que faz da EDP um dos títulos com maior liquidez do mercado nacional. A EDP representa, actualmente, cerca de 16% do PSI20, o principal índice bolsista Português, sendo, também, uma referência em qualquer índice europeu de empresas de energia eléctrica.

Durante o primeiro semestre de 2003, verificou-se uma ligeira subida dos principais índices bolsistas mundiais. Embora positiva, a evolução do mercado de capitais foi negativamente influenciada nos dois primeiros meses do ano pelas expectativas de um conflito prolongado no Iraque. No entanto, desde Março, as perspectivas de uma rápida resolução do conflito no Iraque e as expectativas de retoma económica proporcionaram uma recuperação das perdas do início do ano.

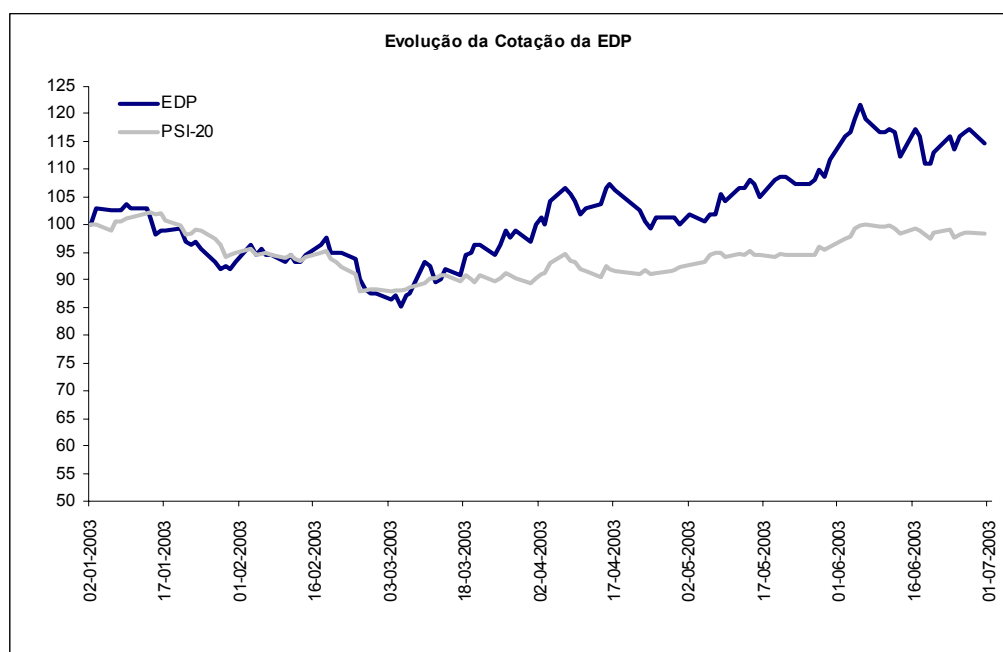
No que se refere à performance do título EDP, há a assinalar a cotação mínima histórica de 1,38 euros atingida em 5 de Março, na sequência da envolvente atrás referida. No entanto, é de notar que o título EDP valorizou 17% no primeiro semestre do ano, resultado, por um lado, das expectativas de retoma dos mercados mundiais, e por outro, de um conjunto de factores favoráveis à actividade corrente do Grupo EDP, que em conjunto criaram um ambiente de confiança e influenciaram favoravelmente a evolução do preço da acção. É ainda de referir que o título EDP apresentou uma valorização de 17% face ao índice PSI20.

Em primeiro lugar, em Março, a EDP através da Hidrocantábrico vence o processo lançado pelo Governo Basco (Ente Vasco de Energía) para privatização da Naturcorp, adquirindo assim 62% da segunda maior empresa espanhola de distribuição e transporte de gás. Através desta aquisição, o Grupo reforça a sua posição no mercado Ibérico de energia e posiciona-se correctamente na convergência entre os negócios de gás e electricidade.

Em segundo lugar, em Abril, o Governo Português anunciou publicamente a promoção da integração na EDP das actividades de distribuição de gás e electricidade, no âmbito da reestruturação do sector energético nacional. Com esta reestruturação, a EDP tem a oportunidade de se tornar uma empresa de referência no sector de electricidade e gás da Península Ibérica.

Em terceiro lugar, uma maior clarificação quanto aos processos de liberalização do sector eléctrico e de criação do Mercado Ibérico de Energia Eléctrica (MIBEL) terá favorecido as expectativas dos investidores, nomeadamente através da garantia de que será mantido o equilíbrio financeiro inerente aos actuais Contratos de Aquisição de Energia (CAE) após a sua eventual resolução.

Por último, as expectativas de que será permitido à empresa reflectir nas tarifas os encargos associados ao Plano de Racionalização de Recursos Humanos (PRRH), através da definição pelo regulador (ERSE) dos mecanismos de compensação tarifária dos custos de reestruturação. Já durante o segundo semestre a ERSE deliberou aceitar os encargos inerentes ao PRRH 2003-2004 como investimento amortizável em 20 anos.



4.5.3 ACÇÕES PRÓPRIAS

Em conformidade com o regime geral das sociedades comerciais, relativamente à aquisição e alienação de acções próprias, a empresa foi autorizada, em Assembleia Geral, a adquirir acções próprias até ao limite correspondente a 10% do Capital.

Durante o primeiro semestre de 2003 a EDP aumentou a sua carteira de acções próprias em 2 229 030 unidades, pelo que a 30 de Junho de 2003 o número de acções próprias ascendia a 19 657 956. As acções em carteira dão suporte ao programa de stock options destinado aos Corpos Gerentes e Quadros do Grupo EDP.

4.5.4 GABINETE DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

O Grupo EDP adoptou como a sua política de comunicação uma prática de informação aos accionistas e ao mercado em geral ao nível dos mais elevados padrões dos mercados onde estão cotadas as acções da EDP, com o intuito de promover e reforçar a confiança de accionistas, trabalhadores, clientes, parceiros estratégicos, credores e público em geral.

Através do sítio da EDP na internet (www.edp.pt), é disponibilizado um completo conjunto de informações sobre a empresa, nomeadamente, comunicados de factos relevantes, a evolução histórica da cotação das acções da EDP, a estrutura accionista do Grupo e outras informações de potencial interesse sobre o Grupo EDP. A página da EDP na internet possibilita ainda a todos os interessados consultar ou requerer o envio dos documentos de prestação de contas referentes a qualquer exercício contabilístico desde 1997.

A EDP dispõe de um Gabinete de Relações com Investidores – GRI – para assegurar a função primordial de servir de interlocutor entre a administração do Grupo EDP e os accionistas e mercados financeiros em geral. O GRI é responsável, no âmbito da sua actividade normal, por toda a informação disponibilizada pelo Grupo EDP no que se refere à publicação das demonstrações financeiras periódicas, bem como sobre quaisquer factos relevantes que ocorram.

Este nosso Gabinete de Relações com Investidores mantém ainda um fluxo de comunicação constante com investidores institucionais e analistas financeiros, disponibilizando toda a informação necessária de forma a facilitar o cumprimento dos deveres de responsabilidade e diligência destas instituições.

O nosso Gabinete de Relações com Investidores – GRI – está localizado na sede social da EDP, sita na Praça Marquês de Pombal, 12, 5º, 1250-160 Lisboa, podendo ser contactado por telefone +351 21 001 2834, telefax +351 21 001 2899 ou através do endereço electrónico ir@edp.pt.

O Responsável da EDP para as Relações com o Mercado é o Administrador Senhor Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa.

4.6. PERSPECTIVAS

O Grupo EDP prosseguirá a consolidação da sua presença e operações no sector energético nos mercados da Península Ibérica, reforçando por outro lado a estratégia de enfoque e auto-sustentabilidade dos negócios no Brasil e nas Telecomunicações.

Relativamente à evolução do Mercado Ibérico da Electricidade, cuja concretização decorrerá de uma forma faseada e com conclusão prevista para 2006, a EDP continuará a desenvolver esforços de preparação interna e acompanhamento dos estudos e medidas necessários à sua implementação. Neste âmbito, assume particular relevo a definição do regime de liberalização da produção, nomeadamente o processo de abertura dos Contratos de Aquisição de Energia celebrados entre os titulares dos Centros Produtores Vinculados e a entidade concessionária da Rede Nacional de Transporte, tendo em vista a obtenção de solução que preserve o valor dos referidos contratos.

A preparação da abertura do mercado nacional da electricidade aos mais de 5,6 milhões de clientes alimentados em Baixa Tensão, prevista para 2004, e o aprofundamento da liberalização do mercado de MAT, AT e MT constituirão desafios acrescidos para o Grupo, que deseja manter uma posição de liderança no sector liberalizado. Neste contexto, a EDP reforçará o seu papel na área da Comercialização e do Trading, dotando-se das ferramentas adequadas para actuar no mercado por "grosso" e na correspondente gestão de riscos, à medida que ganhe forma e expressão o funcionamento do MIBEL.

Prevê-se, igualmente, o desenvolvimento dos trabalhos referentes à reorganização do Sector Energético Português, na sequência do novo quadro promovido pelo Governo no sentido da integração da electricidade e do gás natural, esperando-se um impacte significativo na actividade do Grupo.

Em Espanha, a participação da EDP no mercado energético consolidar-se-á através da Hidrocantábrico, com actividade no mercado eléctrico e no mercado do gás, reforçando a convergência entre os dois negócios na Península Ibérica.

No Brasil, o Grupo concretizará medidas de racionalização da gestão das empresas distribuidoras de electricidade, potenciando sinergias, designadamente através da reestruturação societária subordinando as actividades do Grupo no Brasil a um comando estratégico comum da *sub-Holding* EDP Brasil, da redução da exposição no negócio da produção no Brasil para consolidar os activos na distribuição, privilegiando a troca de activos.

No âmbito das telecomunicações, a ONI continuará a centralizar-se no negócio da rede fixa em Portugal e Espanha, reforçando a sua posição como primeiro operador alternativo ao operador incumbente. Espera-se poder contar, neste contexto, com uma efectiva liberalização do mercado.

Denominadores comuns a todas as frentes são a concretização das medidas de redução de custos e de racionalização já identificadas, extensivamente a todo o Grupo EDP, e a motivação dos recursos humanos, factores fundamentais para a adaptação da EDP a um novo ambiente de liberalização de mercado e criação de uma imagem de marca moderna.

Como objectivo prioritário, o Grupo EDP deverá continuar a boa evolução do comportamento operacional e a recuperação da geração de cash flow livre.

Conselho de Administração

Eng. Francisco de la Fuente Sánchez –
Presidente

Eng. João Ramalho Talone –
Presidente da Comissão Executiva

Eng. Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado –
Vogal da Comissão Executiva

Eng. Jorge Manuel Oliveira Godinho –
Vogal da Comissão Executiva

Eng. Pedro Manuel Bastos Mendes Rezende –
Vogal da Comissão Executiva

Dr. Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa –
Vogal da Comissão Executiva

Prof. Dr. António José Fernandes de Sousa -
Vogal

Dr. António de Almeida -
Vogal

Dr. José Manuel Trindade Neves Adelino –
Vogal

Dr. Luís Filipe Rolim de Azevedo Coutinho –
Vogal

Dr. Paulo Azevedo Pereira da Silva -
Vogal

Dr. José Manuel Gonçalves de Morais Cabral -
Vogal

Dr. Vítor Ângelo Mendes da Costa Martins -
Vogal

Lisboa, 26 de Agosto de 2003

5 – ANEXOS

5. ANEXOS

5.1 ESTRUTURA ACCIONISTA DA EDP, S.A.

Estrutura accionista da EDP			
Titulares de participações qualificadas e direitos de voto			
30 JUN. 03			
<u>Accionista</u>	<u>Nº. Acções</u>	<u>% capital</u>	<u>% Voto</u>
DIRECÇÃO GERAL DO TESOURO	568.853.506	18,96%	19,09%
PARPÚBLICA - Participações Públicas (SGPS),S.A.	214.220.570	7,14%	7,19%
CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS,S.A.	145.421.928	4,85%	4,88%
BANCO COMERCIAL PORTUGUÊS	151.635.713	5,05%	5,00%
IBERDROLA	149.966.455	5,00%	5,00%
BRISA - Participações S.G.P.S.	60.002.297	2,00%	2,01%
EDP (Acções próprias)	19.657.956	0,66%	
Restantes Accionistas	<u>1.690.241.575</u>	<u>56,34%</u>	56,81%
	3.000.000.000	100,00%	

Nota: De acordo com o disposto no nº 3 do Art. 12º do Contrato de Sociedade da EDP, nenhum accionista privado pode emitir votos que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao capital social.

5.2 IMPUTAÇÃO DE DIREITOS DE VOTO

Nos termos do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários:

Participação informada pelo accionista Caixa Geral de Depósitos:

<u>Accionistas</u>	<u>Nº acções</u>	<u>Capital %</u>	<u>Voto %</u>
Caixa Geral de Depósitos	145 421 928	4,85%	4,88%
Fidelidade - Mundial	1 415 877	0,05%	0,05%
Total	146 837 805	4,89%	4,93%

Participação informada pelo accionista Banco Comercial Português:

Accionistas	Nº acções	Capital %	Voto %
Banco Comercial Português	151 635 713	5,05%	5,00%
Orgãos de Administração e Fiscalização do BCP	7 016	0,00%	0,00%
Orgãos de Administração e Fiscalização de Sociedades dominadas pelo BCP	138 893	0,00%	0,00%
Fundação BCP	700 000	0,02%	0,02%
Total	152 481 622	5,08%	5,00%

NOTA: De acordo com o disposto no n.º 3 do Art. 12º do Contrato de Sociedade da EDP, nenhum accionista privado pode emitir votos que excedam 5% da totalidade dos votos correspondentes ao Capital Social

Participação informada pelo accionista BRISA Participações:

Accionistas	Nº acções	Capital %	Voto %
BRISA Participações, S.G.P.S.	60 002 297	2,00%	2,01%
Membros do Conselho de Administração da BRISA	6 560	0,00%	0,00%
Total	60 008 857	2,00%	2,01%

5.3. ACÇÕES DETIDAS PELOS MEMBROS DOS ORGÃOS SOCIAIS DA EDP, S.A.
(Regulamento CMVM Nº 11/2000, Artº 7º nº1 alínea. b)

Acções da EDP detidas por titulares de Orgãos Sociais	
Regulamento CMVM n 11/2000, Artº 7º nº 1 alín.b)	
30 JUN. 03	Saldo
<u>Membros dos Orgão Sociais</u>	<u>(Nº Acções)</u>
Mesa de Assembleia Geral	
José Manuel Archer Galvão Teles	3.506
António Campos Pires Caiado	5.872
Conselho de Administração	
Francisco de la Fuente Sanchez	10.373
João Luis Ramalho de Carvalho Talone	1.905
António de Almeida	4.265
António José Fernandes de Sousa	1.865
Arnaldo Pedro Figueirôa Navarro Machado	9.680
Jorge Manuel de Oliveira Godinho	30.393
José Manuel Gonçalves de Moraes Cabral	715
José Manuel Trindade Neves Adelino	896
Paulo Azevedo Pereira da Silva	5.986
Rui Miguel de Oliveira Horta e Costa	3.762
Vitor Ângelo Mendes da Costa Martins	767
Secretário da Sociedade	
Suplente	
António José Marrachinho Soares	6.574
Comissão de Vencimentos	
BRISA	60.002.297
PARPÚBLICA	214.220.570
Ruy Manuel Corte-Real de Albuquerque	4.561

6 – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

6. Demonstrações Financeira

BALANÇO ANALÍTICO EM 30 DE JUNHO DE 2003

Unidade: Euro

ACTIVO					CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Exercícios					Exercícios		
Junho de 2003					2002		

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS DO EXERCÍCIO EM 30 DE JUNHO DE 2003

Unidade: Euro

CUSTOS E PERDAS				PROVEITOS E GANHOS			
		Exercícios				Exercícios	
		Junho de 2003	Junho de 2002			Junho de 2003	Junho de 2002
Fornecimentos e serviços externos		22 658 717,73	34 158 866,13	Vendas:			
				Energia eléctrica			1 140 861,24
Custos com o pessoal				Prestações de serviços	4 987 593,19	4 987 593,19	13 997 764,00
Remunerações	1 200 607,16		1 477 319,38				15 138 625,24
Encargos sociais:				Trabalhos para a própria empresa			
Complemento de pensões de reforma	21 975,94		24 374,12	Proveitos suplementares	474 371,04		66 879,92
Prémios para pensões	627 624,18		930 000,00	Subsídios à exploração			
Encargos s/ remunerações	39 585,36		54 669,91				
Custos de acção social	15 141,18		18 128,30	Outros proveitos e ganhos operacionais	4 972,16	479 343,20	78 120,17
Outros	391 450,21	2 296 384,03	574 660,81				145 000,09
			3 079 152,52				
Amortizações do exercício	3 686 012,68		3 108 537,60	B - Proveitos e Ganhos Operacionais	5 466 936,39		15 283 625,33
Provisões do exercício	286 201,45	3 972 214,13	9 196 000,00				
Impostos indirectos	1 276 099,42		876 984,45	Proveitos e ganhos financeiros			
Impostos directos	58 400,75		70 467,12	Ganhos em empresas do grupo e associadas	294 770 839,92		262 738 417,05
Outros custos e perdas operacionais	277 582,56		169 279,64	Rendimentos de participações de capital	297,33		107,10
Rendas de concessões e c. electroprodutores		1 612 082,73	1 116 731,21	Rendim. de tit. negoc. e out. aplic. financ.	18 188 509,96		3 433 159,50
				Outros juros e proveitos similares	207 608 118,77		204 245 936,85
A - Custos e Perdas Operacionais	30 539 398,62		50 659 287,46	Diferenças de câmbio favoráveis	1 112 264,22	521 680 030,20	23 430 299,85
							493 847 920,35
Custos e perdas financeiras				D - Proveitos e Ganhos Correntes	527 146 966,59		509 131 545,68
Perdas em empresas do grupo e associadas	67 731 994,87		107 876 370,53				
Juros	193 827 876,56		190 718 864,19	Proveitos e ganhos extraordinários			
Amortiz. e provis. de aplic. e invest. financ.			5 894 661,01	Restituição de impostos	217 276,36		
Diferenças de câmbio	73 710 668,30		1 661 419,94	Ganhos em imobilizações	10 139,92		4 050 612,73
Out. custos e perdas financ. e similares	21 895 605,04	357 166 144,77	16 163 030,53	Reduções de amortizações e de provisões	47 253 335,51		47 654 304,16
			322 314 346,20	Correcções relat. a exercícios anteriores	39 760,70		14 703,64
C - Custos e Perdas Correntes	387 705 543,39		372 973 633,66	Correcção de hidraulicidade - bonificação			
				Outros proveitos e ganhos extraordinários	29 614 631,91	77 135 144,40	274 848,69
Custos e perdas extraordinárias							51 994 469,22
Perdas em imobilizações			47 349,65				
Aumento de amortizações e provisões							
Correcções relativ. a exercícios anteriores	148 049,79		3 124,09				
Outros custos e perdas extraordinárias	19 081 635,34	19 229 685,13	633 750,77				
			684 224,51				
E - Custos e Perdas do Exercício	406 935 228,52		373 657 858,17				
Imposto sobre o rendimento do exercício	22 308 153,49		(15 346 459,73)				
Impostos diferidos	(7 005 267,88)		(27 784 079,19)				
	15 302 885,61		(43 130 538,92)				
G - Custos Totais	422 238 114,13		330 527 319,25				
Resultado líquido do exercício		182 043 996,86	230 598 695,65				
TOTAL		604 282 110,99	561 126 014,90	F - PROVEITOS TOTAIS	604 282 110,99		561 126 014,90
Resultados Operacionais	(B) - (A)	(25 072 462,23)	(35 375 662,13)	Resultados Extraordinários	((F) - (D)) - ((E) - (C))	57 905 459,27	51 310 244,71
Resultados Financeiros	((D)-(B))-((C)-(A))	164 513 885,43	171 533 574,15	Resultados Antes de Impostos	(F) - (E)	197 346 882,47	187 468 156,73
Resultados Correntes	(D) - (C)	139 441 423,20	136 157 912,02	Resultado Líquido do Exercício	(F) - (G)	182 043 996,86	230 598 695,65

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ANEXO AO BALANÇO E DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS DA EDP, S.A.

1º SEMESTRE DO EXERCÍCIO DE 2003

0 - Nota introdutória

a) Organização e Negócio

As actividades mais relevantes da Empresa e do Grupo EDP mantiveram-se, durante este semestre, idênticas às existentes durante o ano transacto.

A organização da Empresa e do Grupo EDP, nos seus aspectos mais relevantes, manteve-se idêntica à existente no final do exercício transacto.

b) Bases de preparação das contas

Na preparação destas demonstrações financeiras, foram utilizadas políticas e critérios contabilísticos consistentes com os utilizados à data de 31 de Dezembro de 2002.

As cotações cambiais face ao Euro utilizadas para conversão de saldos denominados em moeda estrangeira foram as do Banco de Portugal – cotações oficiais de divisas (indicativas) em 30 de Junho de 2003.

As notas que se seguem respeitam a numeração definida no Plano Oficial de Contabilidade Português. As Notas omitidas não são aplicáveis ou significativas para a compreensão das Demonstrações Financeiras.

Os valores indicados são expressos, salvo indicação em contrário, em Euros.

10 - Imobilizações Incorpóreas, Corpóreas e Investimentos Financeiros.

a) Activo Bruto

Unidade: Euro

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação Ajustamento	Aumentos	Alienações	Transferências e Abates	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS						
Despesas de instalação	6.468.876,10				566.777,30	7.035.653,40
Desp. de investig. e desenvolvimento	6.343.401,48				8.232.113,76	14.575.515,24
Propriedade industrial e outros direitos	50.000,00					50.000,00
Imobilizado em curso	10.432.973,25		875.004,00		(8.119.497,23)	3.188.480,02
Total (1)	23.295.250,83		875.004,00		679.393,83	24.849.648,66
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS						
Próprias						
Terrenos e Recursos Naturais	55.747.242,87		12.469,95	49.415,32		55.710.297,50
Edifícios e Outras Construções	68.769.878,87			249.699,76	14.069.575,43	82.589.754,54
Equipamento de Transporte	1.856.297,16		43.615,08	11.983,82		1.887.928,42
Ferramentas e Utensílios	68.386,08		4.206,91			72.592,99
Equipamento Administrativo	58.535.451,05		67.461,95	4.984.440,76	5.688.119,92	59.306.592,16
Outras Imobilizações Corpóreas	20.334,03		2.720,00			23.054,03
Subtotal (2.1)	184.997.590,06		130.473,89	5.295.539,66	19.757.695,35	199.590.219,64
Imobilizações em Curso	37.537.917,54		2.045.336,36		(20.270.227,35)	19.313.026,55
Aprov. Fins Múltiplos (parte n/ afecta)	6.542.834,48					6.542.834,48
Adiantamentos p/c Imobil. em Curso	179.032,09		15.576,00		(167.607,42)	27.000,67
Subtotal (2.2)	44.259.784,11		2.060.912,36		(20.437.834,77)	25.882.861,70
Total (2)	229.257.374,17		2.191.386,25	5.295.539,66	(680.139,42)	225.473.081,34
INVESTIMENTOS FINANCEIROS						
Partes de Capital em Emp. do Grupo	4.012.942.382,95	(70.605.108,92)				3.942.337.274,03
Partes de Capital em Emp. Associadas	1.086.959.603,82	726.561,84				1.087.686.165,66
Partes de Capital em outras empresas	2.072.223,62					2.072.223,62
Títulos e outras Aplicações Financeiras	379.983.631,66	6.262.070,59	742.482,12			386.988.184,37
Total (3)	5.481.957.842,05	(63.616.476,49)	742.482,12			5.419.083.847,68
Total Geral (1) + (2) + (3)	5.734.510.467,05	(63.616.476,49)	3.808.872,37	5.295.539,66	(745,59)	5.669.406.577,68

b) Amortizações e Provisões

Unidade: Euro

Rubricas	Saldo Inicial	Reavaliação	Reforços	Regularizações	Saldo Final
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
Despesas de Instalação	3.862.164,55		656.333,91		4.518.498,46
Despesas de Invest. e Desenvolvimento	4.905.712,42		525.251,07		5.430.963,49
Propriedade industrial e outros direitos	2.083,33		4.166,68		6.250,01
Total (1)	8.769.960,30		1.185.751,66		9.955.711,96
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
Imobilizações Próprias EDP					
Edifícios e Outras Construções	36.652.350,36		680.093,40	(97.079,14)	37.235.364,62
Equipamento de Transporte	741.181,53		167.437,99	(11.983,82)	896.635,70
Ferramentas e Utensílios	44.910,26		3.576,23		48.486,49
Equipamento Administrativo	49.766.847,50		1.648.192,75	(745,59)	51.414.294,66
Outras Imobilizações Corpóreas	3.887,20		960,65		4.847,85
Total (2)	87.209.176,85		2.500.261,02	(109.808,55)	89.599.629,32
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
Partes de Capital em Empresas do Grupo	42.080.436,20		3.872.461,65		45.952.897,85
Partes de Capital em Empresas Associadas	3.380.867,19		2.897.886,16		6.278.753,35
Total (3)	45.461.303,39		6.770.347,81		52.231.651,20
Total Geral (1) + (2) + (3)	141.440.440,54		10.456.360,49	(109.808,55)	151.786.992,48

29 - Dívidas a Terceiros - Médio e Longo Prazo

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 30 de Junho:

	2003		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos por obrigações	269.586.110,51	2.210.012.014,34	2.479.598.124,85
Dívidas a instituições de crédito	766.369.099,07	83.995.549,38	850.364.648,45
Particip. do Estado p/ Aproveitamentos de Fins Múltiplos		4.743.568,00	4.743.568,00
	1.035.955.209,58	2.298.751.131,72	3.334.706.341,30
	2002		
	de 1 a 5 anos	a mais de 5 anos	Total
Empréstimos por obrigações	232.265.754,94	2.109.692.284,90	2.341.958.039,84
Dívidas a instituições de crédito	904.950.455,58	141.642.872,58	1.046.593.328,16
Particip. do Estado p/ Aproveitamentos de Fins Múltiplos		4.743.568,00	4.743.568,00
	1.137.216.210,52	2.256.078.725,48	3.393.294.936,00

31 - Compromissos Financeiros

Benefícios sociais a trabalhadores

O Grupo EDP manteve os mesmos planos de benefícios sociais a trabalhadores que tinha em vigor em 31 de Dezembro de 2002. A saber:

- benefício definido por complementos de pensões e reformas antecipadas para as empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994;
- benefício definido por cuidados médicos para empresas do Grupo resultantes da cisão da EDP ocorrida em 1994.

Na determinação das responsabilidades por serviços prestados referentes a estes benefícios não foram alterados os pressupostos utilizados no final do ano anterior.

i) Benefícios de reforma

Os componentes do custo líquido do período são os seguintes:

Milhares de Euros		
Custo do período com benefícios de reforma	2003	2002
Custo do serviço	5.596	6.623
Custo de juro	39.422	44.475
Retorno estimado dos activos do fundo	(22.143)	(28.036)
Contribuição dos trabalhadores (Bandeirante)	0,00	(361)
Amortização da obrigação transitória	2.913	2.913
Amortização de diferenças actuariais	9.946	5.610
Custo líquido do período - IAS 19	35.734	31.224

A evolução das responsabilidades consolidadas por serviços passados associadas aos planos de pensões do Grupo EDP evoluiu da seguinte forma:

Milhares de Euros		
Evolução das responsabilidades por benefícios de reforma	2003	2002
Responsabilidades no início do período	1.394.075	1.443.183
Custo dos serviços correntes	5.596	13.220
Custo dos juros	39.477	88.826
Benefícios pagos	(80.017)	(144.277)
Perdas actuariais		96.242
Variação cambial		(38.461)
Responsabilidades no fim do período	1.359.076	1.448.733

Tal como atrás referido, apenas uma parte das responsabilidades com o Plano de Pensões se encontra financiado através dos Fundos de Pensões, sendo que o remanescente está reconhecido de acordo com as normas aplicáveis, nomeadamente através de uma provisão que se apresenta de seguida:

Milhares de Euros		
Provisão para benefícios de reforma	2003	2002
Responsabilidades no fim do período	1.359.076	1.448.733
Valor dos activos dos Fundos no fim do período	(751.139)	(749.945)
Responsabilidades não cobertas pelos Fundos no fim do período	607.937	698.788
Obrigação transitória diferida	(50.678)	(56.504)
Perdas actuariais diferidas	(469.620)	(430.741)
Valor da provisão no fim do período	87.639	211.543

ii) Cuidados médicos

Os componentes do custo líquido do período são os seguintes:

Milhares de euros		
Custo do período com cuidados médicos	2003	2002
Custo de serviço	2.971	3.270
Custo de juro	14.524	15.048
Amortização da obrigação transitória	2.511	2.436
Custo líquido do período – IAS 19	20.006	20.754

A tabela seguinte decompõe as variações ocorridas no período nas responsabilidades e na provisão respectiva:

Milhares de euros		
Evolução das responsabilidades com cuidados médico	2003	2002
Responsabilidades no início do período	496.200	474.371
Custo dos serviços correntes	2.971	6.540
Custo dos juros	14.524	30.095
Benefícios pagos	(12.049)	(22.735)
Perdas actuariais	-	7.929
Responsabilidades no fim do período	501.646	496.200

Tal como atrás referido, as responsabilidades com o Plano de Cuidados Médicos estão reconhecidas nas contas do Grupo através de uma provisão que se apresenta de seguida:

Milhares de euros		
Provisão para cuidados médicos	2003	2002
Responsabilidades no início do período	501.646	496.200
Obrigação transitória diferida	(42.377)	(47.250)
Perdas actuariais diferidas	(52.088)	(52.237)
Valor da provisão no fim do período	407.181	396.713

32 - Responsabilidades Contingentes

A responsabilidade da Empresa por garantias prestadas ascende a 332.632.473,77 euros.

Estas responsabilidades são constituídas por garantias bancárias.

Não existem garantias reais.

34 - Movimento das Provisões

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Transferências	Saldo Final
Para dívidas de clientes	9.119.192,52				9.119.192,52
Para riscos e encargos					
Racionalização de Rec. Humanos	181.649.201,48		47.249.505,71	8.739.000,00	125.660.695,77
Actos Médicos	20.485.166,90	286.201,45	3.829,80		20.767.538,55
Investimentos Financeiros	388.363.265,26			115.952.103,20	504.315.368,46
Total	599.616.826,16	286.201,45	47.253.335,51	124.691.103,20	659.862.795,30

36 - Capital - Nº de Acções e Valor Nominal

O capital social está representado por 3.000.000.000 acções escriturais nominativas de 1 Euro cada, encontrando-se totalmente realizado.

Foram adquiridas no decurso do exercício 2.229.030 acções próprias que dão cobertura financeira parcial ao programa de opções de aquisição de acções próprias e estabelecido em benefício dos Quadros Directivos do Grupo.

37 – Capital - Detentores

À data de 30 de Junho de 2003 o capital da EDP estava distribuído pelos seguintes accionistas:

Estado Português	18,96 %
PARPUBLICA - Participações Públicas (SGPS), S. A.	7,14 %
Caixa Geral de Depósitos, S. A.	4,75 %
Banco Comercial Português, S. A.	5,05 %
IBERDROLA	5,00 %
BRISA – AUTO-ESTRADAS DE PORTUGAL, S. A	2,00 %
EDP – Acções próprias	0,66 %
Restantes Accionistas Privados	56,44 %
TOTAL	100,00 %

40 - Movimentos dos capitais próprios

Rubricas	Saldo Inicial	Distribuição Dividendos	Distribuição Trabalhadores	Transferência Reservas	Outros	Resultado Líquido	Saldo Final
Capital	3.000.000.000,00						3.000.000.000,00
Acções (quotas) próprias - valor nominal	(17.428.926,00)				(2.229.030,00)		(19.657.956,00)
Acções (quotas) próprias - prémios e descontos	(26.064.533,34)				357.927,84		(25.706.605,50)
Ajust. de Partes de Cap. em Filiais e Associadas	(501.190.375,69)				(375.219.089,00)		(876.409.464,69)
Reservas de Reavaliação	1.172.728.640,98						1.172.728.640,98
Reservas:							
Reserva Legal	243.727.440,75			16.760.791,33			260.488.232,08
Reservas – DL 46031 e DL 46917	65.902.490,69						65.902.490,69
Reservas Livres	12.830.494,76						12.830.494,76
Resultados Transitados	1.208.461.023,74		(615.291,09)		432.992.611,52		1.640.838.344,17
Resultado Líquido do Exercício	335.215.826,59	(270.000.000,00)		(16.760.791,33)	(48.455.035,26)	182.043.996,86	182.043.996,86
Total	5.494.182.082,48	(270.000.000,00)	(615.291,09)	0,00	7.447.385,10	182.043.996,86	5.413.058.173,35

43 - Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos membros dos órgãos sociais foram as seguintes:

Conselho de Administração	1.084.554,77
Fiscal único/ROC	36.333,00
Mesa da Assembleia Geral	748,20
Total	1.121.635,97

45 - Demonstração dos Resultados Financeiros

Custos e Perdas	2003	2002	Proveitos e Ganhos	2003	2002
Juros Suportados	193.827.876,56	190.718.864,19	Ganhos em emp. do grupo e associadas	294.770.839,92	262.738.417,05
Perdas em emp. do grupo e associadas	67.731.994,87	107.876.370,53	Rend. de participações de capital	297,33	107,10
Amortiz. e provis. de aplic. e inv. financ.		5.894.661,01	Rend. de tit. Negoc. e out. aplic. Financ.	18.188.509,96	3.433.159,50
Diferenças de câmbio desfavoráveis	73.710.668,30	1.661.419,94	Outros juros e proveitos similares	207.608.118,77	204.245.936,85
Outros custos e perdas financ. e similares	21.895.605,04	16.163.030,53	Diferenças de câmbio favoráveis	1.112.264,22	23.430.299,85
Resultados Financeiros	164.513.885,43	171.533.574,15			
	521.680.030,20	493.847.920,35		521.680.030,20	493.847.920,35

a) A rubrica de "Juros Suportados" inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2003	2002
Juros de Derivados	54.529.450,98	74.890.766,20
Juros de Empréstimos Bancários	65.322.155,83	44.980.973,98
Juros de Empréstimos Obrigacionistas	67.547.306,48	67.891.258,56

b) A rubrica de "Outros Custos e Perdas Financeiras" inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2003	2002
Amortização do Trespasse da ENERPAULO		1.169.525,30
Amortização do Trespasse da BANDEIRANTE	3.872.461,65	4.725.135,71
Juros de Correção de Hidraulicidade	5.947.482,97	5.540.316,24
Encargos com Emissão de Obrigações	547.027,48	707.054,10
Comissões de Empréstimos	5.639.024,46	1.171.249,03
Encargos Renegociação do Financiamento do BEI	2.220.820,85	2.220.820,83

Os montantes referentes à amortização do trespasse do ano anterior, encontravam-se contabilizados na rubrica de "Amortizações e Provisões de Aplicações e Investimentos Financeiros".

c) A rubrica de "Outros Juros e Proveitos Similares" inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2003	2002
Juros Debitados a Empresas do Grupo	107.977.479,50	111.354.784,52
Juros de Gestão de Tesouraria	19.009.583,65	5.530.018,20
Juros de Derivados	80.183.429,06	86.992.445,42

46 - Demonstração dos Resultados Extraordinários

Custos e Perdas	2003	2002	Proveitos e Ganhos	2003	2002
Perdas em imobilizações		47.349,65	Restituição de impostos	217.276,36	
Correcções relativas a exercícios anteriores	148.049,79	3.124,09	Ganhos em imobilizações	10.139,92	4.050.612,73
Outros custos e perdas extraordinárias	19.081.635,34	633.750,77	Reduções de amortizações e provisões	47.253.335,51	47.654.304,16
Resultados extraordinários	57.905.459,27	51.310.244,71	Correcções relativas a exercícios anteriores	39.760,70	14.703,64
	77.135.144,40	51.994.469,22	Outros proveitos e ganhos extraordinários	29.614.631,91	274.848,69
				77.135.144,40	51.994.469,22

- a) A rubrica de “Outros Custos e Perdas Extraordinárias” inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2003	2002
Donativos	484.602,79	633.524,47
Projecto Pego	38.747,95	
Reg. Juros Gestão Tesouraria anos anteriores	18.563.627,65	

- b) A rubrica de “Reduções de amortizações e provisões” inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2003	2002
Redução da provisão para actos médicos	47.249.505,71	
Redução de prov. do complemento fundo de pensões		47.654.304,16

- c) A rubrica de “Outros Proveitos e Ganhos Extraordinários” inclui, entre outros, os seguintes montantes:

	2003	2002
Amortiz. Subsídios de Investimento	152.054,88	220.131,37
Reg. Juros Gestão Tesouraria anos anteriores	28.584.627,99	

48 – Outras Informações

a) Empréstimos por Obrigações

	22ª Emissão	23ª Emissão	24ª Emissão	25ª Emissão	26ª Emissão	1ª EMISSÃO INTERNACIONAL	2ª EMISSÃO INTERNACIONAL
MONTANTE	EUR 25.087.985,89	EUR 10.331.743,77	EUR 6.524.637,64	EUR 299.278.738,33	EUR 150.000.000,00	EUR 1.000.000.000	EUR 1.000.000.000
TAXA DE JURO EM VIGOR 31 de Dezembro de 2002 30 de Junho de 2003	2,9375 % 2,1875 %	2,8125 % 2,0000 %	3,68750 % 3,00000 %	3,1970 % 2,4900 %	 2,9710 %	6,4000 % 6,4000 %	5,875 % 5,875 %
DATAS DE PAGAMENTO DE JUROS	2 Junho 2 Dezembro	20 Junho 20 Dezembro	5 Janeiro 5 Julho	23 Maio 23 Novembro	26 Março 26 Setembro	29 Outubro	28 Março
DATAS DE PAGAMENTO DE REEMBOLSO	4 anuidades, com início em 2 Junho 2003	4 anuidades, com início em 20 Dezembro 2008	4 anuidades, com início em 5 Janeiro 2002	6 semestres, com início em 23 Maio 2006	De uma só vez em 26 Março de 2013	De uma só vez em 29 de Outubro de 2009	De uma só vez em 28 Março 2011
OUTRAS CONDIÇÕES	A emissão pode ser reembolsada antecipadam ente, por decisão dos obrigacionistas	A emissão pode ser reembolsada antecipadamente, total ou parcialmente, em 20 de Dezembro de 2006, por decisão da EDP ou dos obrigacionistas	–	A emissão pode ser reembolsada antecipadamente, total ou parcialmente, em 23 Novembro 2003, por decisão da EDP	–		

b) Empréstimos Bancários

Unidade: Euro

30/06/2003			31/12/2002	
	Na moeda do empréstimo	EUR	Na moeda do empréstimo	EUR
EUR (*)	3.348.775.677,74	3.348.775.677,74	3.571.524.450,68	3.571.524.450,68
	Total	3.348.775.677,74	Total	3.571.524.450,68

(*) Sem Obrigações e depois de Swaps

c) Contratos de Swap Vigentes

	30/06/2003		31/12/2002	
Divisa	Activos	Passivos	Activos	Passivos
Swaps de Taxa de Juro				
EUR	3.094.831.705,60	3.094.831.705,60	3.129.747.558,39	3.129.747.558,39

d) Estado e Outros Entes Públicos

Decomposição dos saldos evidenciados no Balanço em 30 de Junho:

	2003	2002
Valores a Receber (Activo)		
Imposto s/ Rendimentos	11.144.465,78	223.997.615,98
Imposto S/ Valor Acrescentado	9.291.092,13	8.417.575,48
Segurança Social	1.106,99	
Outros Impostos e Taxas	181,42	
	20.436.846,32	232.415.191,46
Valores a Pagar (Passivo)		
Retenção de Imposto S/Rendimento	82.462,25	173.005,78
Imposto de Selo		11.069,87
Segurança Social		9.936,96
Outros Impostos e Taxas		263,42
	82.462,25	194.276,03

e) Empresas Participadas e Participantes

Nesta rubrica é evidenciada a Dívida de Financiamento das empresas do Grupo à EDP, S.A..

Unidade: Euro				
RUBRICAS	CURTO PRAZO	M/LONGO PRAZO	Junho 2003	2002
Dívida Financeira				
EDP Distribuição	65.825.312,84		65.825.312,84	131.650.625,48
EDP ENERGIA	1.412.084,88		1.412.084,88	2.846.569,05
HDN	1.423.284,45		1.423.284,45	1.782.635,88
HIDROCENEL	891.318,02		891.318,02	2.824.170,12
Sub - total	69.552.000,19		69.552.000,19	139.104.000,53
Suprimentos				
Empresas do Grupo				
EDP BRASIL, LDA		140.969,17	140.969,17	140.969,17
EDALPRO				305.862,86
ENERPAULO		80.818,97	80.818,97	80.818,97
EDINFOR	57.037.824,39	1.885.312,80	58.923.137,19	53.639.649,24
ONI, SGPS	4.500.000,00	78.227.500,00	82.727.500,00	78.227.500,00
EDP ENERGIA				249.398,95
EDP-INTERNACIONAL		885.262.714,33	885.262.714,33	885.262.714,33
Central-E		11.222.952,71	11.222.952,71	11.222.952,71
EDP PARTICIPAÇÕES, SGPS		1.358.479.736,06	1.358.479.736,06	1.358.479.736,06
EDP DISTRIBUIÇÃO	778.124.719,43		778.124.719,43	778.124.719,43
HDN	7.481.968,46		7.481.968,46	7.481.968,46
HIDROCENEL	17.457.926,40		17.457.926,40	17.457.926,40
EDP PRODUÇÃO		2.356.467.107,28	2.356.467.107,28	2.356.467.107,29
EDP VALOR		2.375.652,28	2.375.652,28	2.375.652,28
Sub - total	864.602.438,68	4.694.142.763,60	5.558.745.202,28	5.549.516.976,15
Empresas Participadas				
ADENE		90.000,00	90.000,00	90.000,00
Sub - total		90.000,00	90.000,00	90.000,00
TOTAL	934.154.438,87	4.694.232.763,60	5.628.387.202,47	5.688.710.976,68

f) Outros Devedores e Outros Credores - Curto Prazo

	2003	2002
Outros devedores		
Dotação para o Fundo de Pensões	12.074.520,10	12.074.520,10
Devedores diversos - Terceiros	54.699.940,12	99.769.687,76
Devedores diversos - Empresas do Grupo	986.953.957,93	708.395.756,24
Total	1.053.728.418,15	820.239.964,10
Outros credores		
Credores diversos - Terceiros	31.953.255,27	228.704.583,58
Credores diversos - Empresas do Grupo	(247.200,83)	(611.299,25)
Total	31.706.054,44	228.093.284,33

g) Acréscimos e Diferimentos

	2003	2002
Acréscimos de proveitos		
Juros a receber	141.728.629,68	127.040.634,82
Vendas e Prestações Serv. Empresas do Grupo	897.899,00	1.132.720,67
Outros acréscimos de proveitos	722.487,83	23.106.251,03
Total	143.349.016,51	151.279.606,52
Custos diferidos		
Impostos Diferidos	321.821.454,68	300.244.904,96
Descontos de emissão de obrigações	6.189.005,77	6.616.081,29
Encargos c/ emissão de obrigações	121.502,85	241.339,07
Encargos c/ renegociação de Empréstimos (BEI)	26.757.970,38	28.978.791,23
Comissão do serviço da dívida	(85.124,90)	84.216,50
Outros Custos Diferidos	39.029.754,64	62.373.572,52
	393.834.563,42	398.538.905,57
Acréscimos de custos		
Juros e encargos a liquidar	92.480.082,98	96.246.098,91
Compras e Aquisições Serv. Empresas do Grupo	6.171.133,58	2.077.619,30
Outros acréscimos de custos	3.372.081,75	3.616.585,45
Total	102.023.298,31	101.940.303,66
Proveitos diferidos		
Subsídios para investimento	8.684.863,16	9.756.045,58
Impostos Diferidos	278.930.116,28	285.788.548,44
Outros proveitos diferidos	32.207.896,93	(22.128.579,10)
	319.822.876,37	273.416.014,92

h) Correção de Hidraulicidade

Os movimentos desta rubrica no exercício foram os seguintes:

Saldo inicial	324.111.265,94
Diferencial debitado	53.957.920,48
Sub-total	378.069.186,42
Encargos financeiros creditados	5.947.482,97
Sub-total	384.016.669,39
Bonificação	
Saldo Final (nível de referência)	384.016.669,39

Lisboa, de de 2003.

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
JUNHO DE 2003

Unidade : Euro

ACTIVIDADES OPERACIONAIS:		
Recebimentos de clientes	67 229 874,94	
Pagamentos a fornecedores	(36 567 796,29)	
Pagamentos ao pessoal	(2 991 008,80)	
Fluxos gerados pelas operações		27 671 069,85
Pagamento/recebimento do imposto s/rendimento	190 544 996,71	
Outros recebimentos relativos à activ.operacional	116 851 298,17	
Outros pagamentos relativos à activ.operacional	(419 803 275,43)	
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(112 406 980,55)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	29 719 614,09	
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(19 249 098,56)	10 470 515,53
Fluxos das actividades operacionais (1)		(74 265 395,17)
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:		
Recebimentos:		
Investimentos financeiros	91 272 171,03	
Imobilizações corpóreas	5 196 616,62	
Juros e proveitos similares	112 209 547,44	
Dividendos	375 952 513,13	584 630 848,22
Pagamentos respeitantes a:		
Imobilizações corpóreas	(2 092 687,25)	
Imobilizações incorpóreas	(1 554 397,83)	(3 647 085,08)
Fluxos das actividades de investimento (2)		580 983 763,14
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	6 645 500 000,00	
Aumento de capital		6 645 500 000,00
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	(6 690 094 152,37)	
Juros e custos similares	(213 819 068,92)	
Dividendos	(255 328 581,66)	
Aquisição de acções (quotas) próprias	(1 871 102,16)	(7 161 112 905,11)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(515 612 905,11)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(8 894 537,14)
Efeito das diferenças de câmbio		(301 537,72)
Caixa e seus equivalentes no início do período		48 955 799,66
Caixa e seus equivalentes no fim do período		40 362 800,24

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

DISCRIMINAÇÃO DOS COMPONENTES DE CAIXA E S/ EQUIVALENTES

	Junho de 2003	2002
Numerário	4 600,00	0,00
Dep. bancários imediatam/ mobilizáv. e equiv. a caixa	9 995 942,24	489 647,23
Descobertos bancários	(1 145 043,80)	(43 125 149,37)
Outras aplicações de tesouraria	31 507 301,80	91 591 301,80
Caixa e seus equivalentes	40 362 800,24	48 955 799,66
DISPONIBILIDADES CONSTANTES DO BALANÇO	40 362 800,24	48 955 799,66

Lisboa,

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

**Relatório de Revisão Limitada elaborado por Auditor Registado na CMVM sobre
a informação semestral**

Introdução

1 Para os efeitos do artigo 246.º do Código dos Valores Mobiliários, apresentamos o nosso Relatório de Revisão Limitada sobre a informação do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2003, da **EDP – Electricidade de Portugal, S.A.**, incluída: no Relatório de Gestão, no Balanço (que evidencia um total de 12.811.222.615 euros e um total de capital próprio de 5.413.058.173 euros, incluindo um resultado líquido de 182.043.997 euros), na Demonstração dos resultados por naturezas e na Demonstração dos fluxos de caixa do período findo naquela data e no correspondente Anexo.

2 As quantias das demonstrações financeiras, bem como as da informação financeira adicional, são as que constam dos registos contabilísticos (posteriormente ajustadas com as quantias, ainda sem registo contabilístico, que foram objecto do nosso trabalho).

Responsabilidades

3 É da responsabilidade do Conselho de Administração: (a) a informação financeira histórica, preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e que seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo CVM; (b) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (c) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado e (d) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a sua actividade, posição financeira ou resultados.

4 A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita conforme exigido pelo CVM, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso trabalho.

Âmbito

5 O trabalho a que procedemos teve como objectivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação financeira anteriormente referida não contém distorções materialmente relevantes. O nosso trabalho foi efectuado com base nas Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria emitidas pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, planeado de acordo com aquele objectivo, e consistiu: (a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever: (i) a fiabilidade das asserções constantes da informação financeira; (ii) a adequação das políticas contabilísticas adoptadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação; (iii) a aplicação, ou não, do princípio da continuidade; (iv) a apresentação da informação financeira e (v) se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

6 O nosso trabalho abrangeu ainda a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com os restantes documentos anteriormente referidos.

7 Entendemos que o trabalho efectuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre a informação semestral.

Parecer

8 Com base no trabalho efectuado, o qual foi executado tendo em vista a obtenção de uma segurança moderada, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que a informação financeira do período de seis meses findo em 30 de Junho de 2003 contém distorções materialmente relevantes que afectem a sua conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal e que não seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

Lisboa, 25 de Setembro de 2003

Bernardes, Sismeiro & Associados, S.R.O.C.
representada por:

Carlos Marques Bernardes, R.O.C.
(Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 219)